

JOSÉ JAIRO GOMES

DIREITO ELEITORAL

15ª edição

Revista, atualizada e ampliada



SUMÁRIO

1	Direitos Políticos	1
1.1	Compreensão dos direitos políticos.....	1
1.1.1	Política	1
1.1.2	Direito político, direito constitucional e ciência política.....	4
1.1.3	Direitos políticos	5
1.2	Direitos humanos e direitos políticos	7
1.3	Direitos fundamentais e direitos políticos	9
1.4	Privação de direitos políticos.....	10
1.4.1	Considerações iniciais	10
1.4.2	Cancelamento de naturalização	12
1.4.3	Incapacidade civil absoluta	13
1.4.3.1	Pessoas portadoras de deficiência.....	14
1.4.4	Condenação criminal transitada em julgado	17
1.4.4.1	Execução provisória de pena criminal.....	24
1.4.5	Recusa de cumprir obrigação a todos imposta	25
1.4.6	Improbidade administrativa	27
2	Direito Eleitoral	29
2.1	Conceito e fundamento do direito eleitoral.....	29
2.2	O microssistema eleitoral.....	31
2.3	Conceitos indeterminados	31
2.4	Fontes do Direito Eleitoral	33
2.5	Hermenêutica eleitoral	36

2.5.1	Proporcionalidade e princípio da razoabilidade.....	41
2.6	Relação com outras disciplinas.....	49
3	Princípios de Direito Eleitoral.....	51
3.1	Sobre princípios.....	51
3.1.1	Princípio e valor.....	57
3.2	Princípios de Direito Eleitoral.....	59
3.3	Democracia.....	61
3.3.1	Ideia de democracia.....	61
3.3.2	Democracia representativa.....	65
3.3.3	Estado Democrático de Direito.....	69
3.4	Soberania popular.....	70
3.5	Princípio republicano.....	71
3.6	Sufrágio universal.....	72
3.6.1	O que é sufrágio?.....	72
3.6.2	Sufrágio e cidadania.....	73
3.6.3	Classificação do sufrágio.....	73
3.6.4	Sufrágio e voto.....	76
3.7	Legitimidade das eleições.....	76
3.8	Moralidade.....	77
3.9	Probidade.....	80
3.10	Igualdade ou isonomia.....	81
3.11	Pluralismo político.....	82
3.12	Liberdade de expressão.....	84
3.12.1	Dimensão eleitoral da liberdade de expressão.....	89
4	Justiça Eleitoral.....	93
4.1	Considerações iniciais.....	93
4.2	Funções da justiça eleitoral.....	97
4.2.1	Função administrativa.....	97
4.2.2	Função jurisdicional.....	99
4.2.3	Função normativa.....	100
4.2.4	Função consultiva.....	101
4.3	Tribunal Superior Eleitoral.....	102
4.4	Tribunal Regional Eleitoral.....	105
4.5	Juízes eleitorais.....	110
4.6	Juntas Eleitorais.....	112

4.7	Divisão geográfica da justiça eleitoral.....	113
5	Ministério Público Eleitoral.....	115
5.1	Considerações iniciais	115
5.2	Procurador-Geral Eleitoral	117
5.3	Procurador Regional Eleitoral.....	117
5.4	Promotor Eleitoral.....	118
5.5	Conflitos positivos e negativos de atribuição entre membros do MP Eleitoral.....	122
6	Partidos políticos.....	125
6.1	Introdução.....	125
6.2	Definição	128
6.2.1	Função	129
6.2.2	Distinção de partido político e outros entes.....	129
6.2.3	Coligação partidária	130
6.3	Liberdade de organização.....	132
6.4	Natureza jurídica	134
6.5	Registro no TSE.....	134
6.6	Financiamento partidário	136
6.7	Filiação, desfiliação, Suspensão e cancelamento de filiação partidária	139
6.8	Fidelidade partidária.....	142
6.9	Competência jurisdicional para questões partidárias	146
6.10	Extinção de partido político	147
6.11	Vícios do sistema partidário brasileiro.....	148
6.12	Perda de mandato por infidelidade partidária	150
7	Sistemas eleitorais.....	163
7.1	Considerações iniciais	163
7.2	Sistema majoritário	164
7.2.1	Sistema distrital	165
7.2.2	Distritão.....	167
7.3	Sistema proporcional	169
7.3.1	Introdução.....	169
7.3.2	Sistema proporcional no Brasil	170
7.3.3	Distribuição de cadeiras – quocientes eleitoral e partidário e sobras eleitorais.....	171

7.3.4	Críticas ao sistema proporcional.....	178
7.3.5	Suplência	180
7.3.6	Lista aberta, fechada e flexível	181
7.4	Sistema misto	183
8	Alistamento eleitoral.....	185
8.1	Considerações iniciais	185
8.2	Domicílio eleitoral.....	186
8.3	Alistamento eleitoral obrigatório	187
8.3.1	Realização do alistamento.....	187
8.3.2	Pessoas obrigadas a se alistar	190
8.3.3	Sigilo do cadastro eleitoral.....	193
8.4	Alistamento eleitoral facultativo	194
8.5	Inalistabilidade	195
8.6	Transferência de domicílio eleitoral.....	196
8.7	Cancelamento e exclusão	200
8.8	Revisão do eleitorado.....	203
9	Elegibilidade	207
9.1	Caracterização da elegibilidade.....	207
9.2	Condições de elegibilidade	208
9.2.1	Nacionalidade brasileira.....	209
9.2.2	Pleno exercício dos direitos políticos	209
9.2.3	Alistamento eleitoral.....	210
9.2.4	Domicílio eleitoral na circunscrição.....	210
9.2.5	Filiação partidária	211
9.2.6	Idade mínima.....	214
9.3	Elegibilidade de militar.....	216
9.4	Reelegibilidade.....	217
9.5	Momento de aferição das condições de elegibilidade	218
9.6	Arguição judicial de falta de condição de elegibilidade	221
9.7	Perda superveniente de condição de elegibilidade	222
10	Inelegibilidade	225
10.1	Conceito	225
10.2	Fonte.....	226

10.2.1	Tratado ou convenção internacional como fonte de inelegibilidade.....	227
10.3	Natureza jurídica e fundamento.....	229
10.3.1	Natureza jurídica da inelegibilidade.....	229
10.3.2	Fundamento da inelegibilidade.....	232
10.4	Princípios reitores	234
10.5	Classificação	235
10.6	Duração da inelegibilidade	237
10.7	Incompatibilidade e desincompatibilização	238
10.7.1	Desincompatibilização e reeleição	238
10.7.2	Flexibilização do instituto da desincompatibilização?.....	239
10.8	Inelegibilidades constitucionais.....	240
10.8.1	Considerações iniciais	240
10.8.2	Inelegibilidade de inalistáveis.....	241
10.8.3	Inelegibilidade de analfabetos	241
10.8.4	Inelegibilidade por motivos funcionais.....	246
10.8.5	Inelegibilidade reflexa: cônjuge, companheiro e parentes.....	251
10.8.5.1	Inelegibilidade reflexa derivada de patrimônio e união estável.....	255
10.8.5.2	Inelegibilidade reflexa e família homoafetiva	259
10.8.5.3	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por consanguinidade ou adoção até o 2º grau	261
10.8.5.4	Inelegibilidade reflexa derivada de parentesco por afinidade até o 2º grau	261
10.8.5.5	Município desmembrado e inelegibilidade reflexa	262
10.8.5.6	Flexibilização da inelegibilidade reflexa ..	262
10.9	Inelegibilidades infraconstitucionais ou legais.....	262
10.9.1	Considerações iniciais	262
10.9.2	A Lei Complementar nº 64/90.....	264
10.9.3	Inelegibilidades legais absolutas – LC nº 64/90, artigo 1º, I.....	264
10.9.3.1	Perda de mandato legislativo (art. 1º, I, b)....	264

10.9.3.2	Perda de mandato executivo (art. 1º, I, c)	266
10.9.3.3	Abuso de poder econômico e político (art. 1º, I, d).....	268
10.9.3.4	Condenação criminal, vida pregressa e presunção de inocência (art. 1º, I, e)	273
10.9.3.5	Indignidade do oficialato (art. 1º, I, f)	282
10.9.3.6	Rejeição de contas (art. 1º, I, g)	282
10.9.3.7	Abuso de poder econômico ou político por agente público (art. 1º, I, h)	294
10.9.3.8	Cargo ou função em instituição financeira liquidanda (art. 1º, I, i)	297
10.9.3.9	Abuso de poder: corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, captação ou gasto ilícito de recurso em campanha, conduta vedada (art. 1º, I, j)	298
10.9.3.10	Renúncia a mandato eletivo (art. 1º, I, k)....	301
10.9.3.11	Improbidade administrativa (art. 1º, I, l)...	304
10.9.3.12	Exclusão do exercício profissional (art. 1º, I, m)	308
10.9.3.13	Simulação de desfazimento de vínculo conjugal (art. 1º, I, n)	309
10.9.3.14	Demissão do serviço público (art. 1º, I, o)	311
10.9.3.15	Doação eleitoral ilegal (art. 1º, I, p)	312
10.9.3.16	Aposentadoria compulsória e perda de cargo de magistrado e membro do Ministério Público (art. 1º, I, q)	316
10.9.4	Inelegibilidades legais relativas – LC nº 64/90, artigo 1º, II a VII.....	317
10.9.4.1	Inelegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República	319
10.9.4.2	Inelegibilidade para Governador e Vice-Governador	321
10.9.4.3	Inelegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito.....	321
10.9.4.4	Inelegibilidade para o Senado	322
10.9.4.5	Inelegibilidade para a Câmara de Deputados	322
10.9.4.6	Inelegibilidade para a Câmara Municipal	322
10.9.4.7	Situações particulares.....	322

10.10	Momento de aferição das causas de inelegibilidade	332
10.10.1	Inelegibilidades supervenientes: aferição durante o processo de registro de candidatura?.....	334
10.11	Arguição judicial de inelegibilidade	335
10.12	Suspensão ou extinção do ato gerador de inelegibilidade	336
10.12.1	Revogação da suspensão do ato gerador da inelegibilidade	340
10.13	Suspensão de inelegibilidade	342
10.13.1	O artigo 26-C da LC nº 64/90.....	342
10.13.2	Efeito suspensivo de recurso.....	346
11	Processo eleitoral.....	347
11.1	O que é processo eleitoral?.....	347
11.2	Salvaguarda do processo eleitoral	352
11.3	Anualidade eleitoral	353
12	Abuso de poder	361
12.1	Introdução	361
12.2	Poder e influência.....	364
12.3	Abuso de poder.....	364
12.3.1	Abuso de poder econômico	366
12.3.2	Abuso de poder político	368
12.3.3	Abuso de poder político-econômico	371
12.4	Responsabilidade eleitoral e abuso de poder	371
13	Registro de candidatura.....	377
13.1	Convenção partidária	377
13.1.1	Caracterização da convenção partidária.....	377
13.1.2	Impugnação da convenção.....	382
13.1.3	Quantos candidatos podem ser escolhidos em convenção?	383
13.1.4	Indicação de candidato para vaga remanescente e substituição	383
13.1.5	Deliberação sobre coligação partidária.....	384
13.1.6	Prévias partidárias ou eleitorais	384
13.1.6.1	Primárias americanas.....	384
13.2	Processo de registro de candidatura	385
13.2.1	Considerações iniciais	385

13.2.2	Rito.....	388
13.2.3	Formalidades para o pedido de registro	394
13.2.3.1	Documentos necessários ao registro.....	396
13.2.3.2	Identificação do candidato	407
13.2.3.3	Verificação e validação de dados e fotografia.....	409
13.2.4	Requerimento de registro de candidatura individual – RRCI.....	409
13.2.5	Candidatura nata.....	409
13.2.6	Número de candidatos que pode ser registrado por partido	410
13.2.7	Quota eleitoral de gênero.....	414
13.2.7.1	A questão dos trans, transgênero e transsexual.....	420
13.2.7.2	Fraude na quota de gênero	421
13.2.7.3	Financiamento da quota de gênero	423
13.2.8	Vagas remanescentes.....	424
13.2.9	Substituição de candidatos.....	424
13.2.9.1	Substituição de candidato majoritário	427
13.2.9.2	Substituição de candidato proporcional....	429
13.3	Impugnação a pedido de registro de candidatura.....	429
13.3.1	Notícia de inelegibilidade.....	429
13.3.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).....	431
13.3.2.1	Caracterização da ação de impugnação de registro de candidato.....	431
13.3.2.2	Procedimento	432
13.3.2.3	Prazos	433
13.3.2.4	Início do processo.....	434
13.3.2.5	Competência	435
13.3.2.6	Petição inicial	435
13.3.2.7	Objeto.....	436
13.3.2.8	Causa de pedir.....	436
13.3.2.9	Partes	439
13.3.2.10	Citação do impugnado.....	446
13.3.2.11	Defesa	447
13.3.2.12	Desistência da ação.....	448
13.3.2.13	Tutela provisória	449

	13.3.2.14 Extinção do processo sem resolução do mérito	452
	13.3.2.15 Julgamento antecipado do mérito	453
	13.3.2.16 Fase probatória: audiência de instrução e diligências	454
	13.3.2.17 Alegações finais	456
	13.3.2.18 Julgamento	457
	13.3.2.19 Eficácia da decisão que denega registro de candidatura	458
	13.3.2.20 Recurso	460
14	Campanha eleitoral	467
14.1	Campanha eleitoral e captação de votos	467
14.2	Direitos e deveres de candidatos no processo eleitoral	468
14.2.1	Direitos de candidato	469
14.2.2	Deveres de candidato	469
15	Financiamento de campanha eleitoral e prestação de contas	473
15.1	Financiamento de campanha eleitoral	473
15.1.1	Modelos de financiamento de campanha eleitoral	473
15.1.2	Modelo brasileiro de financiamento de campanha eleitoral	480
15.1.2.1	Limite de gastos de campanha	480
15.1.2.2	Financiamento público	482
15.1.2.3	Financiamento privado	484
15.1.2.3.1	Introdução	484
15.1.2.3.2	Início e fim da arrecadação privada de recursos	484
15.1.2.3.3	Formalidades para arrecadação de recursos: inscrição no CNPJ, abertura de conta bancária	485
15.1.2.3.4	Documentação da arrecadação	487
15.1.2.4	Recursos de campanha	487
15.1.2.5	Objeto da doação	492
15.1.2.6	Fontes de financiamento proibidas	494
15.1.2.7	Gastos eleitorais sujeitos a registro	498
15.1.2.8	Gastos eleitorais não sujeitos a registro ...	501

	15.1.2.9	Administração financeira da campanha....	502
15.2		Prestação de contas de campanha eleitoral.....	503
	15.2.1	Generalidades	503
	15.2.2	Formas de prestação de contas	504
	15.2.3	Prestações de contas parciais e finais.....	505
	15.2.4	Procedimento na Justiça Eleitoral.....	506
	15.2.5	Julgamento da prestação de contas.....	507
	15.2.5.1	Sobras de campanha, recursos de fundos públicos, de fonte vedada e origem não identificada	512
	15.2.5.2	Prazo para o julgamento das contas.....	513
	15.2.5.3	Recursos.....	514
	15.2.5.4	Omissão de informações e falsidade ideológica.....	515
	15.2.6	Assunção de dívida de campanha pelo partido	515
	15.2.7	Conservação dos documentos.....	517
15.3		Ação por doação irregular a campanha eleitoral	517
16		Pesquisa eleitoral.....	525
17		Propaganda político-eleitoral.....	531
	17.1	Propaganda política	531
	17.1.1	Caracterização da propaganda política	531
	17.1.2	Novas tecnologias comunicacionais	534
	17.1.3	Fundamento da propaganda política.....	539
	17.1.4	Princípios da propaganda política	539
	17.1.5	Espécies de propaganda política	541
	17.2	Propaganda partidária.....	541
	17.3	Propaganda intrapartidária.....	542
	17.4	Propaganda eleitoral	543
	17.4.1	Definição	543
	17.4.2	Classificação.....	543
	17.4.3	Generalidades	546
	17.4.4	Propaganda eleitoral extemporânea ou antecipada ...	550
	17.4.5	Propaganda em bem público	559
	17.4.6	Propaganda em bem de uso ou acesso comum.....	562
	17.4.7	Propaganda em bem cujo uso dependa de autorização, cessão ou permissão do Poder Público.....	563

17.4.8	Propaganda em bem particular	564
17.4.9	<i>Outdoor</i>	567
17.4.10	Distribuição de folhetos, adesivos, volantes e outros impressos	568
17.4.11	Comício, showmício e eventos assemelhados	569
17.4.12	Alto-falante, carro de som, minitrio e trio elétrico	571
17.4.13	Reunião e manifestação coletiva	572
17.4.14	Culto e cerimônia religiosos	572
17.4.15	Caminhada, passeata e carreata	573
17.4.16	Propaganda mediante distribuição de bens ou vantagens	574
17.4.17	<i>Telemarketing</i> eleitoral	575
17.4.18	Mensagens de felicitação e agradecimento	575
17.4.19	Divulgação de atos e atuação parlamentar	576
17.4.20	Mídia: meios de comunicação social	576
17.4.21	Mídia escrita	578
17.4.22	Mídia virtual	579
17.4.23	Rádio e televisão	580
	17.4.23.1 Aspectos da propaganda no rádio e na televisão	580
	17.4.23.2 Entrevistas com candidatos	584
	17.4.23.3 Debate	584
	17.4.23.4 Debate virtual	587
17.4.24	Propaganda gratuita no rádio e na televisão	588
	17.4.24.1 Introdução	588
	17.4.24.2 Conteúdo da propaganda	590
	17.4.24.3 Distribuição do tempo de propaganda	592
	17.4.24.4 Primeiro turno das eleições	594
	17.4.24.5 Segundo turno das eleições	596
	17.4.24.6 Invasão de horário e participação de apoiador	597
	17.4.24.7 Inexistência de emissora geradora de sinais de rádio e televisão	599
	17.4.24.8 Sanções	601
17.4.25	Propaganda na Internet e redes sociais	603
17.4.26	Página institucional na Internet	615
	17.4.26.1 Página institucional na Internet de candidato a reeleição ou a outro cargo eletivo	616

17.4.27	Dia das eleições: propaganda e liberdade de expressão dos eleitores.....	617
17.4.28	Violação de direito autoral.....	618
17.4.29	Pronunciamento em cadeia de rádio ou TV	619
17.4.30	Imunidade parlamentar material.....	619
17.5	Propaganda institucional.....	620
17.6	Representação por propaganda eleitoral ilícita	623
17.6.1	Procedimento do artigo 96 da Lei das Eleições.....	623
17.6.2	Caracterização da representação por propaganda eleitoral ilícita	624
17.6.3	Aspectos processuais da representação	625
17.6.3.1	Procedimento	625
17.6.3.2	Prazos	626
17.6.3.3	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público	627
17.6.3.4	Início do processo.....	629
17.6.3.5	Petição inicial	629
17.6.3.6	Objeto.....	630
17.6.3.7	Causa de pedir.....	630
17.6.3.8	Partes	631
17.6.3.9	Prazo para ajuizamento.....	634
17.6.3.10	Desistência da ação.....	636
17.6.3.11	Competência	636
17.6.3.12	Tutela provisória de urgência.....	640
17.6.3.13	Tutela de evidência	641
17.6.3.14	Citação do representado	641
17.6.3.15	Defesa	642
17.6.3.16	Intervenção obrigatória do Ministério Público.....	642
17.6.3.17	Extinção do processo sem resolução do mérito	642
17.6.3.18	Julgamento antecipado do mérito	643
17.6.3.19	Fase probatória.....	643
17.6.3.20	Alegações finais.....	646
17.6.3.21	Julgamento.....	646
17.6.3.22	Recurso.....	647
17.7	Direito de resposta	651
17.7.1	Caracterização do direito de resposta	651

	17.7.2 Aspectos processuais do pedido de direito de resposta.....	656
18	Eleições, voto e proclamação dos resultados.....	663
	18.1 Introdução.....	664
	18.2 Sobre o voto.....	665
	18.2.1 Definição e classificação do voto.....	665
	18.2.2 Voto e escrutínio	670
	18.2.3 Voto eletrônico ou informatizado.....	671
	18.2.4 Críticas ao sistema de votação: transparência da urna eletrônica e voto impresso	673
	18.3 Garantias eleitorais.....	675
	18.3.1 Introdução.....	675
	18.3.2 Garantias de eleitores, mesários, fiscais e candidatos.....	677
	18.3.3 Transporte de eleitores	679
	18.3.4 Oferta de alimentos a eleitores	680
	18.3.5 Restrição de acesso ao local de votação	681
	18.3.6 Prioridade postal.....	681
	18.3.7 Lei seca.....	681
	18.3.8 Participação de forças federais nas eleições.....	682
	18.4 Preparação para as eleições.....	683
	18.5 Preparação para a votação.....	686
	18.6 Votação	688
	18.7 Apuração e totalização dos votos	693
	18.8 Proclamação dos resultados.....	695
19	Invalidade: nulidade e anulabilidade de votos.....	697
	19.1 Considerações iniciais	697
	19.2 Invalidade no direito eleitoral.....	700
	19.2.1 Delineamento da invalidade no Direito Eleitoral....	701
	19.2.1.1 Inexistência.....	702
	19.2.1.2 Nulidade.....	703
	19.2.1.3 Anulabilidade	711
	19.3 Prazos para arguição.....	719
	19.4 Efeito da invalidade.....	721
20	Diplomação.....	723
	20.1 Caracterização da diplomação.....	723

20.2	Candidato eleito com pedido de registro <i>sub judice</i>	726
21	Ações eleitorais: procedimento do art. 22 da LC nº 64/90	731
21.1	Processo contencioso eleitoral	731
21.2	Tópicos processuais	733
21.2.1	Devido processo legal	733
21.2.2	Aplicação supletiva e subsidiária do CPC	734
21.2.3	Celeridade	734
21.2.4	Imparcialidade dos agentes da Justiça Eleitoral	734
21.2.5	Demanda ou dispositivo	735
21.2.6	Impulso oficial	736
21.2.7	Congruência ou correlação entre a imputação e a sentença	736
21.2.8	Aditamento e alteração da causa de pedir	737
21.2.9	Persuasão racional do juiz e artigo 23 da LC nº 64/90	738
21.2.10	Fundamentação das decisões judiciais	739
21.2.11	Publicidade	740
21.2.12	Boa-fé objetiva e lealdade	741
21.2.13	Instrumentalidade do processo	741
21.2.14	Gratuidade	741
21.2.15	<i>Amicus curiae</i>	742
21.2.16	Autocomposição, conciliação e mediação	743
21.2.17	Negócio jurídico processual	744
21.2.18	Prioridade na tramitação de feitos quanto a idoso, portador de doença grave e portador de deficiência	747
21.3	Ações eleitorais	748
21.4	AIJE por abuso de poder	751
21.4.1	Caracterização da AIJE por abuso de poder	751
21.4.2	Aspectos processuais da AIJE	754
21.4.2.1	Procedimento	754
21.4.2.2	Atos judiciais e ordinatórios	756
21.4.2.3	Prazos processuais	756
21.4.2.4	Intimação de partes, procuradores e Ministério Público	759
21.4.2.5	Início do processo	761
21.4.2.6	Petição inicial	761
21.4.2.7	Objeto	763

21.4.2.8 Causa de pedir.....	764
21.4.2.9 Partes	768
21.4.2.10 Prazo para ajuizamento.....	776
21.4.2.11 Litispendência e coisa julgada.....	777
21.4.2.12 Desistência da ação.....	778
21.4.2.13 Competência	779
21.4.2.14 Tutela provisória de urgência antecipada	780
21.4.2.15 Tutela provisória de urgência cautelar	783
21.4.2.16 Tutela de evidência	784
21.4.2.17 Citação do representado	784
21.4.2.18 Defesa	785
21.4.2.19 Arguição de incompetência.....	787
21.4.2.20 Arguição de imparcialidade do juiz: im- pedimento e suspeição	788
21.4.2.21 Extinção do processo sem resolução do mérito	792
21.4.2.22 Julgamento antecipado do mérito	792
21.4.2.23 Provas	793
21.4.2.24 Colheita e produção antecipada de provas....	820
21.4.2.25 Audiência de instrução probatória.....	821
21.4.2.26 Diligências	822
21.4.2.27 Alegações finais.....	823
21.4.2.28 Relatório.....	824
21.4.2.29 Julgamento	824
21.4.2.30 Anulação da votação	829
21.4.2.31 Recurso.....	829
21.4.2.31.1 Recurso contra decisão inter- locutória	829
21.4.2.31.2 Recurso contra decisão final, extintiva do processo ou da fase cognitiva do procedimento	832
21.4.2.31.3 Juntada de documento novo no recurso	834
21.4.2.32 Efeitos do recurso	835
21.4.2.32.1 Efeito imediato do acórdão que cassa diploma: afastamento do mandatário cassado	837
21.4.2.33 Juízo de retratação	838

	21.4.2.34 Recurso adesivo	838
21.5	Ação por captação ou gasto ilícito de recurso para fins eleitorais – LE, artigo 30-A.....	839
21.5.1	Caracterização da captação ou gasto ilícito de recursos.....	839
21.5.2	Aspectos processuais	842
21.6	Ação por captação ilícita de sufrágio – LE, artigo 41-A.....	848
21.6.1	Caracterização da captação ilícita de sufrágio	848
21.6.2	Aspectos processuais	858
21.7	Ação por conduta vedada a agentes públicos – LE, artigos 73 a 78	865
21.7.1	Caracterização da conduta vedada	865
21.7.2	Espécies de condutas vedadas	870
21.7.2.1	Cessão ou uso de bens públicos – art. 73, I... ..	871
21.7.2.2	Uso de materiais ou serviços públicos – art. 73, II.....	876
21.7.2.3	Cessão ou uso de servidor público para comitê de campanha eleitoral – art. 73, III.....	878
21.7.2.4	Uso promocional de bens ou serviços públicos – art. 73, IV	879
21.7.2.5	Nomeação, admissão, transferência ou dispensa de servidor público – art. 73, V	881
21.7.2.6	Transferência voluntária de recursos – art. 73, VI, <i>a</i>	884
21.7.2.7	Propaganda institucional em período eleitoral – art. 73, VI, <i>b</i>	885
21.7.2.8	Pronunciamento em cadeia de rádio e televisão – art. 73, VI, <i>c</i>	888
21.7.2.9	Distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios pela Administração Pública ou por entidade vinculada a candidato – art. 73, §§ 10 e 11	889
21.7.2.10	Infringir o § 1º do art. 37 da CF – art. 74.....	891
21.7.2.11	Despesas excessivas com propaganda institucional – art. 73, VII.....	893
21.7.2.12	Revisão geral de remuneração de servidores – art. 73, VIII	896
21.7.2.13	Contratação de show artístico em inauguração de obra – art. 75	897

	21.7.2.14 Comparecimento de candidato em inauguração de obra pública – art. 77.....	898
	21.7.2.15 Sanções das condutas vedadas	899
	21.7.3 Aspectos processuais	902
21.8	Cúmulo de ações: Cúmulo de pedidos em um mesmo processo	908
21.9	Conexão e reunião de causas eleitorais	909
21.10	Extensão da <i>causa petendi</i> e princípio da congruência	912
22	Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME)	915
22.1	Caracterização da ação de impugnação de mandato eletivo ..	915
22.1.1	Compreensão da AIME.....	915
22.1.2	Inelegibilidade e AIME.....	920
22.2	Aspectos processuais da AIME	922
22.2.1	Procedimento	922
22.2.1.1	Aplicação subsidiária do CPC.....	924
22.2.1.2	Temas comuns com o procedimento da AIJE	924
22.2.1.3	Segredo de justiça	924
22.2.1.4	Petição inicial	926
22.2.1.5	Objeto.....	928
22.2.1.6	Causa de pedir.....	928
22.2.1.7	Partes	928
22.2.1.8	Prazo para ajuizamento.....	931
22.2.1.9	Litispendência e coisa julgada.....	932
22.2.1.10	Desistência da ação.....	933
22.2.1.11	Competência	934
22.2.1.12	Tutela provisória de urgência cautelar	935
22.2.1.13	Citação.....	935
22.2.1.14	Defesa	936
22.2.1.15	Arguição de incompetência.....	936
22.2.1.16	Extinção do processo sem resolução do mérito	937
22.2.1.17	Julgamento antecipado do mérito	937
22.2.1.18	Fase probatória: audiência de instrução e diligências	938
22.2.1.19	Alegações finais.....	940
22.2.1.20	Julgamento	940

	22.2.1.21 Recurso.....	941
	22.2.1.22 Juízo de retratação	942
	22.2.1.23 Invalidação da votação e realização de novas eleições	942
23	Recurso Contra Expedição de Diploma (RCED)	943
23.1	Caracterização do recurso contra expedição do diploma (RCED)	943
23.2	Natureza jurídica do RCED	946
23.3	Recepção do RCED pela Constituição Federal de 1988.....	947
23.4	Aspectos processuais.....	948
24	Perda de mandato eletivo, invalidação de votos e eleição suple- mentar	961
24.1	Extinção de mandato eletivo.....	961
24.1.1	Causa não eleitoral de extinção de mandato	962
24.2	Causa eleitoral de extinção de mandato eletivo	963
24.2.1	Cassação de diploma ou mandato por abuso de po- der e invalidação da votação	964
24.2.2	Indeferimento ou cassação de registro de candida- tura e invalidação da votação	965
24.3	Eleição suplementar, invalidação de votos – o art. 224 do CE	967
24.3.1	O artigo 224 do Código Eleitoral.....	967
24.3.1.1	O regime do <i>caput</i> do art. 224 do CE.....	968
24.3.1.2	O regime do § 3º do art. 224 do CE.....	969
24.3.2	Constitucionalidade do art. 224, §§ 3º e 4º, do CE.....	972
24.3.3	Eleição suplementar: novo processo eleitoral ou mera renovação do escrutínio anterior?	975
24.3.4	Eleição suplementar direta e indireta	976
24.3.5	Ao causador da invalidação da eleição é vedado disputar o novo pleito suplementar	977
24.3.6	Responsabilidade e indenização pelos gastos da eleição suplementar.....	978
25	Sanção eleitoral e sua execução	983
25.1	Sanções eleitorais.....	983
25.2	Execução de multa eleitoral	984

26	Ação rescisória	991
26.1	Ação rescisória eleitoral.....	991
26.2	Ação de anulação de ato processual.....	995
26.3	Ação de <i>querela nullitatis insanabilis</i>	996
	Referências	997
	Índice remissivo	1009
	Apêndice: Súmulas do Tribunal Superior Eleitoral – TSE	1019

Nota da Editora: as alterações na organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, estabelecidas pela Medida Provisória 870/2019, não foram incorporadas ao conteúdo da obra tendo em vista que, até o fechamento desta edição, as novas estruturas regimentais que constam nos Decretos regulamentadores não estavam em vigor (início previsto para 30.01.2019).